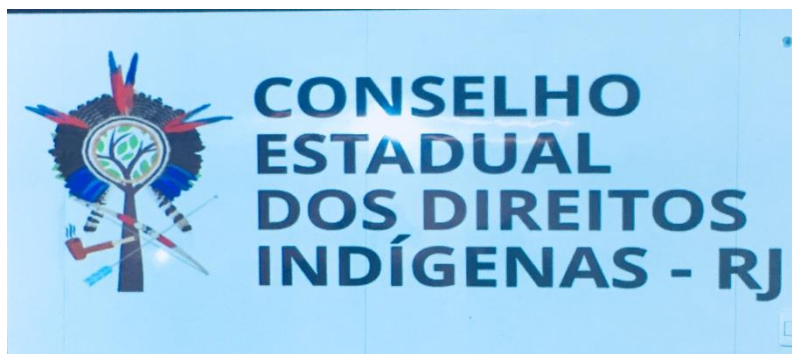


# INFORME ABA



No âmbito das lutas do movimento indígena - e das entidades parceiras que o amparam - no Rio de Janeiro, podemos considerar a criação do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro – CEDIND**, como um importante passo trilhado em prol dos direitos das comunidades indígenas aldeadas e não aldeadas do nosso Estado.

Instituído pelo Decreto Governamental Nº 46.218, de 11 de janeiro de 2018, o **CEDIND** é órgão colegiado permanente e de caráter consultivo, vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI). Trata-se de um Conselho composto por representantes da administração pública direta e indireta, organizações não governamentais e pela comunidade indígena, perfazendo um total de 24 representantes com direito a voto e com a seguinte composição: caciques e lideranças indicadas pelas aldeias Guarani situadas nos Municípios de Paraty, Angra dos Reis e Maricá, bem como de associações e organizações indígenas representativas dos índios em contexto urbano residentes no Estado do Rio de Janeiro.

Ao longo do primeiro semestre, foram realizadas duas reuniões preparatórias para a posse do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas/CEDIND**, finalmente realizada no dia 17 de maio de 2018, no Plenário José Ribeiro de Castro Filho, na sede da CAARJ/OAB-RJ.

Após a posse do Conselho, ocorreram, no segundo semestre, dois encontros e incessantes trocas de mensagens entre os conselheiros para a elaboração do Regimento Interno, com o objetivo de estabelecer as competências, atribuições e finalidades do CEDIND. Este documento pactua, portanto, as linhas gerais e formas de atuação; normativas imprescindíveis ao funcionamento e continuidade do Conselho, bem como a definição de Comissões, propostas e organizadas como frentes de ação em diversas áreas, de acordo com o que as representações indígenas definissem como prioridades.

Em 22 de novembro de 2018, os integrantes do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro** reuniram-se na Biblioteca Parque Estadual, localizada na Avenida Presidente Vargas e, finalmente, aprovaram o seu Regimento Interno: documento-base de afirmação de compromissos imprescindíveis, assumidos pelos conselheiros, a fim de assegurar a existência e permanência institucional do CEDIND, principalmente, num contexto e conjuntura sociopolítica e econômica que apontam para o acirramento de tensões e conflitos no campo do debate público face às agendas governamentais sugeridas para o tratamento dos direitos indígenas e de grupos vulneráveis. Considerando o que vem sendo anunciado pelos futuros governantes - e grande parte dos parlamentares eleitos - em esferas estaduais e federais, sobre o que entendem como prioridade, cabe, desde já, fortalecer, articular e dar organicidade aos espaços coletivos de defesa de direitos.

A representante da ABA no CEDIND, profª Ludmila Moreira Lima, que assina esse informe, esteve presente na elaboração e acertos finais para a formalização do Regimento Interno do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro**, bem como se disponibilizou a participar de uma das Comissões Permanentes (Comissão de Educação e Cultura) que, juntas definirão as políticas do CEDIND e atuarão de forma integrada ao Plenário. São elas: a) Planejamento, monitoramento e avaliação; b) Educação e Cultura; c) Saúde e Saneamento; d) Território, Meio-ambiente e Habitação; e) Economia Solidária, Trabalho e Renda; f) Orçamento; g) Comunicação.

A próxima reunião do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro** ocorrerá no dia 13 de dezembro e tem como pauta a definição do eixo central do que será discutido com os integrantes da equipe de transição do futuro governador do Estado do Rio de Janeiro, em reunião a ser brevemente agendada. É de se esperar uma nova configuração da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos do Rio de Janeiro (SEDHMI), à qual o Conselho está articulado, no próximo governo, com impactos imprevisíveis no que diz respeito às reivindicações históricas do movimento indígena no Estado, bem como a tudo o que foi recentemente pactuado a partir da criação do CEDIND.

Seguimos juntos. E como me disse Carlos Tukano, um dos presidentes, “para os parentes, a luta nunca parou”...

